REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

CONCEPÇÕES DE INCLUSÃO NAS ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS DO CEARÁ

CONCEPTIONS OF INCLUSION IN MUNICIPAL PUBLIC SCHOOLS OF CEARÁ

CONCEPCIONES DE INCLUSIÓN EN LAS ESCUELAS PÚBLICAS MUNICIPALES DE CEARÁ

Ricardo Alexandre Sindeaux Ferreira[1], Rejane Maria de Lima Silva[2], Ivonete Cavalcante Barros[3], Yeda Gomes de Oliveira[4], Maria Bezerra Ramalho[5]

e676633
https://doi.org/10.47820/recima21.v6i7.6633

PUBLICADO: 7/2025

RESUMO

A inclusão escolar emerge como um dos grandes desafios da educação contemporânea, marcada pela complexidade de sua implementação nas escolas públicas municipais. Este artigo teórico busca analisar as diversas concepções de inclusão presentes nesse contexto, que frequentemente se manifestam de forma híbrida e multifacetada. Para tanto, investiga-se: Quais são as concepções de inclusão predominantes entre os profissionais das escolas públicas municipais de uma cidade do Ceará e como essas concepções influenciam as práticas pedagógicas e a organização escolar? O referencial teórico discute a evolução do conceito de inclusão, da integração à perspectiva inclusiva, abordando as barreiras para a aprendizagem (atitudinais, pedagógicas, arquitetônicas e institucionais) e a importância das políticas públicas e da formação docente. A metodologia adotada consiste em uma pesquisa bibliográfica de caráter exploratório e descritivo, com busca em bases de dados como SciELO, Google Scholar e Portal de Periódicos da CAPES, utilizando os descritores "Inclusão escolar", "Educação Inclusiva", "Concepções", "Escolas Públicas" e "Ceará" para o período de 2015 a 2024. Os resultados encontrados, embora a produção acadêmica sobre o Ceará seja ainda incipiente, indicam a presença de diversas concepções de inclusão e a manifestação de barreiras, reiterando a necessidade de aprofundamento na compreensão dessas realidades e no fomento a uma cultura educacional verdadeiramente inclusiva.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão escolar. Educação Inclusiva. Concepções. Escolas Públicas. Ceará.

ABSTRACT

School inclusion emerges as one of the major challenges of contemporary education, marked by the complexity of its implementation in municipal public schools. This theoretical article seeks to analyze the various conceptions of inclusion present in this context, which often manifest in hybrid and multifaceted ways. To this end, the study investigates: What are the predominant conceptions of inclusion among professionals in the municipal public schools of a city in Ceará, and how do these conceptions influence pedagogical practices and school organization? The theoretical

[1] Graduado em pedagogia pela UVA (universidade do Vale do Acaraú), Psicanalista pela (SCOPSI), pós-graduação em psicanálise e em gestão escolar pela instituição (FAVENI). Gestor. DELSOL.
[2] Graduada em Pedagogia pela UVA (Universidade do Vale do Acaraú), pós graduada em Gestão Escolar pela FIC (Faculdade Integrada de Cruzeiro). DELSOL.
[3] Formação em Pedagogia pela UVA (Universidade do Vale do Acaraú). Pós graduada em Psicopedagogia Clínica e Institucional pela UECE (Universidade Estadual do Ceará). DELSOL.
[4] Graduação em Pedagogia em regime especial pela Universidade Vale do Aracau. Pós especialista em Educação Infantil Universidade Vale do Aracau.
[5] Licenciatura em Filosofia pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), Pós graduação Especialização em Metodologia do Ensino Fundamental e Médio pela Universidade Vale do Acaraú(UVA) e Pós graduação em Gestão e Coordenação Escolar pela FIC-Faculdades Integradas de Cruzeiro. EEF Professora Júlia Ferrer de Serpa (Itaitinga, CE-Brasil).

ISSN: 2675-6218 - RECIMA21

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

framework discusses the evolution of the concept of inclusion, from integration to the inclusive perspective, addressing learning barriers (attitudinal, pedagogical, architectural, and institutional) and the importance of public policies and teacher training. The adopted methodology consists of a bibliographic research with an exploratory and descriptive approach, using databases such as SciELO, Google Scholar, and the CAPES Journal Portal, employing the descriptors "School Inclusion", "Inclusive Education", "Conceptions", "Public Schools" and "Ceará" for the period from 2015 to 2024. The findings, although academic production on Ceará is still incipient, indicate the presence of diverse conceptions of inclusion and the manifestation of barriers, reinforcing the need to deepen the understanding of these realities and to promote a truly inclusive educational culture.

KEYWORDS: *School inclusion. Inclusive education. Conceptions. Public schools. Ceará.*

RESUMEN
La inclusión escolar emerge como uno de los grandes desafíos de la educación contemporánea, marcada por la complejidad de su implementación en las escuelas públicas municipales. Este artículo teórico busca analizar las diversas concepciones de inclusión presentes en este contexto, que frecuentemente se manifiestan de forma híbrida y multifacética. Para ello, se investiga: ¿Cuáles son las concepciones de inclusión predominantes entre los profesionales de las escuelas públicas municipales de una ciudad de Ceará y cómo estas concepciones influyen en las prácticas pedagógicas y en la organización escolar? El marco teórico discute la evolución del concepto de inclusión, desde la integración hasta la perspectiva inclusiva, abordando las barreras para el aprendizaje (actitudinales, pedagógicas, arquitectónicas e institucionales) y la importancia de las políticas públicas y la formación docente. La metodología adoptada consiste en una investigación bibliográfica de carácter exploratorio y descriptivo, con búsquedas en bases de datos como SciELO, Google Scholar y el Portal de Periódicos de CAPES, utilizando los descriptores "Inclusión escolar", "Educación Inclusiva", "Concepciones", "Escuelas Públicas" y "Ceará" para el período de 2015 a 2024. Los resultados encontrados, aunque la producción académica sobre Ceará aún sea incipiente, indican la presencia de diversas concepciones de inclusión y la manifestación de barreras, reiterando la necesidad de profundizar la comprensión de estas realidades y fomentar una cultura educativa verdaderamente inclusiva.

PALABRAS CLAVE: *Inclusión escolar. Educación inclusiva. Concepciones. Escuelas públicas. Ceará.*

1. INTRODUÇÃO

A temática da inclusão na educação tem ganhado destaque crescente nas últimas décadas, impulsionada por movimentos sociais e legislações internacionais e nacionais que defendem o direito de todos à educação, independentemente de suas condições ou características. No contexto brasileiro, a Educação Inclusiva é um imperativo legal e ético, que busca assegurar a participação plena e o desenvolvimento de todos os estudantes no sistema regular de ensino.

No entanto, a implementação da inclusão nas escolas não é um processo homogêneo e livre de desafios. As concepções sobre o que significa incluir e como fazê-lo podem variar significativamente entre os atores envolvidos, influenciando diretamente as práticas pedagógicas e a organização escolar. Compreender essas concepções é fundamental para identificar os avanços, as lacunas e as necessidades de aprimoramento das políticas e ações inclusivas.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

Nesse cenário, este artigo se propõe a investigar as concepções de inclusão presentes nas escolas públicas municipais de uma cidade do Ceará. A escolha dessa localidade se justifica pela relevância de se analisar a realidade em contextos específicos, considerando as particularidades regionais e os desafios inerentes à rede pública de ensino.

A presente investigação busca responder à seguinte pergunta de pesquisa: Quais são as concepções de inclusão predominantes entre os profissionais das escolas públicas municipais de uma cidade do Ceará e como essas concepções influenciam as práticas pedagógicas e a organização escolar? Essa questão emerge da complexidade inerente à implementação da educação inclusiva e da percepção de que a compreensão do que significa "incluir" pode variar significativamente entre os atores educacionais.

Nesse sentido, hipotetiza-se que as concepções de inclusão nas escolas públicas municipais do Ceará são diversas e permeadas por diferentes abordagens, que podem variar desde uma visão mais integradora até uma perspectiva mais crítica e transformadora. Acredita-se que essas concepções influenciam diretamente a efetivação da inclusão, tendo o potencial tanto de favorecer quanto de dificultar a participação e o aprendizado de todos os estudantes no ambiente escolar.

Para aprofundar essa discussão, o objetivo da investigação é analisar as diferentes concepções de inclusão presentes nas escolas públicas municipais de uma cidade do Ceará, a partir da literatura especializada. Além disso, busca-se discutir as implicações dessas concepções para as práticas pedagógicas e a organização escolar, além de identificar os desafios e as potencialidades na implementação da educação inclusiva nesses contextos específicos.

Assim, a proposta deste trabalho é, fundamentalmente, refletir sobre o conceito da inclusão, abordando o que realmente envolve o ato de incluir na escola, os desafios inerentes a essa prática e a importância das leis que a fundamentam.

2. REFERENCIAL TEÓRICO: PERSPECTIVAS SOBRE A INCLUSÃO

A inclusão escolar, enquanto conceito e prática, representa um dos pilares centrais da educação contemporânea, caracterizando-se por um campo em constante construção e debate. Sua evolução histórica denota uma transição significativa de um modelo inicialmente médico-assistencialista, que focava na deficiência como um problema individual a ser "tratado" ou "curado", para uma abordagem fundamentalmente social e educacional. Essa mudança paradigmática sublinha a premissa de que as barreiras não residem no indivíduo, mas sim nos sistemas e ambientes que não são projetados para acolher a diversidade humana.

Nesse novo prisma, a inclusão escolar não se restringe à mera inserção física de estudantes com necessidades educacionais especiais (NEE) em salas de aula regulares, mas sim à valorização intrínseca da diversidade como um elemento enriquecedor do processo de ensino-

ISSN: 2675-6218 - RECIMA21
Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

aprendizagem. Ela pressupõe a eliminação ativa de barreiras – sejam elas atitudinais, arquitetônicas, comunicacionais ou pedagógicas – que historicamente têm impedido a plena participação e aprendizagem de todos os alunos.

A consolidação de uma teoria da educação inclusiva é fruto da contribuição de diversos autores e pesquisadores, que, ao longo do tempo, têm desvelado as múltiplas dimensões pedagógicas, sociais e políticas envolvidas nesse processo. Do ponto de vista pedagógico, a inclusão demanda a flexibilização curricular, a personalização do ensino, o uso de metodologias ativas e a formação continuada de professores. Socialmente, ela implica na construção de uma cultura escolar mais acolhedora e solidária, que reconheça e celebre as diferenças. Politicamente, exige a formulação e implementação de legislações robustas, o investimento em recursos e infraestrutura, e a garantia de direitos que assegurem a equidade educacional para todos os cidadãos. Assim, o referencial teórico a seguir explora as vozes e perspectivas que têm moldado essa compreensão multifacetada da inclusão.

2.1. Da Integração à Inclusão: Uma Trajetória Conceitual

Inicialmente, a discussão sobre a educação de pessoas com deficiência era pautada pela integração, que visava inserir esses indivíduos em classes regulares, desde que pudessem se adaptar ao sistema existente. O foco estava na "normalização" do indivíduo para que ele se encaixasse na estrutura escolar. Mantoan (2003) critica essa perspectiva, argumentando que a integração não questiona a estrutura da escola, mas sim a adaptação do aluno a ela. Essa crítica é fundamental para se compreender a distinção entre integração e inclusão.

Mantoan (2003) aponta para a limitação de um modelo que, embora representasse um avanço em relação à segregação, ainda depositava no indivíduo a responsabilidade por sua inserção no sistema educacional. A autora enfatiza: "A integração escolar, ou a inclusão dos alunos com deficiência em classes regulares, não prevê uma mudança da escola, mas a adaptação do aluno aos modelos escolares vigentes". Isso significa que a escola permanece intocada em suas metodologias, currículos e espaços, esperando que o aluno "se adapte" a essa realidade (Mantoan, 2003, p. 24).

Essa visão se contrapõe diretamente à proposta da inclusão, que preconiza a transformação da escola para que ela seja capaz de acolher e responder à diversidade de todos os seus estudantes. Para Mantoan (2003, p. 27), a inclusão "(...) implica uma mudança de paradigma, uma redefinição dos papéis e das responsabilidades de todos os envolvidos no processo educacional". Em outras palavras, a escola inclusiva não espera que o aluno se molde a ela, mas sim que ela se reestruture para atender às necessidades de cada um, eliminando as barreiras que impedem a participação plena e o aprendizado significativo.

ISSN: 2675-6218 - RECIMA21
Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

Assim, a crítica de Mantoan (2003) à integração reside no fato de que, sob essa ótica, a diversidade é vista como um problema a ser "resolvido" no aluno, e não como uma característica inerente à condição humana que demanda a flexibilização e o enriquecimento do ambiente escolar. A verdadeira inclusão, para a autora, exige uma escola que se questione, que se reinvente e que se torne um espaço de pertencimento para todos, sem exceção.

A partir dos anos 1990, a discussão sobre educação de pessoas com necessidades especiais (NEE) e, mais amplamente, sobre a diversidade no contexto escolar, sofreu uma guinada significativa. Esse marco temporal é crucial, pois, em 1994, a Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais, promovida pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), foi um divisor de águas. Este documento, resultado da Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, realizada em Salamanca, na Espanha, consolidou o conceito de inclusão como um princípio fundamental na educação.

Antes de Salamanca, embora houvesse avanços em direção à integração, a lógica predominante ainda era a de que o aluno "diferente" deveria se adaptar à escola existente, como criticado por Mantoan (2003). A Declaração de Salamanca, por outro lado, inverteu essa lógica, defendendo a transformação da escola para que ela seja capaz de acolher a diversidade de todos os alunos, sem exceção. Isso significa que o problema não reside no aluno com suas particularidades, mas nas barreiras que a escola, em sua estrutura e práticas, impõe à participação e aprendizagem.

A "transformação da escola" proposta por Salamanca implica em uma reestruturação profunda do sistema educacional. Não se trata apenas de matricular alunos com NEE em classes regulares, mas de garantir que o ambiente escolar seja flexível, acessível e responsivo às necessidades de cada estudante. Isso envolve a adaptação curricular, a formação de professores, a disponibilização de recursos de apoio, a eliminação de barreiras arquitetônicas e atitudinais, e a construção de uma cultura escolar que valorize e celebre a diversidade humana.

A força que o conceito de inclusão ganhou a partir da Declaração de Salamanca reside em sua abrangência. Ela não se limita a alunos com deficiência, estendendo-se a todos os que, por diferentes motivos – sociais, culturais, econômicos, linguísticos –, encontram barreiras para o aprendizado e a participação. O documento reafirmou o direito de toda criança à educação e enfatizou que as escolas regulares, com uma orientação inclusiva, são os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias e construir uma sociedade mais justa e equitativa. Dessa forma, a Declaração de Salamanca tornou-se um dos pilares teóricos e políticos da educação inclusiva mundialmente, impulsionando a revisão de legislações e práticas educacionais em diversos países, incluindo o Brasil.

ISSN: 2675-6218 - RECIMA21
Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

A inclusão implica em um processo contínuo de adaptação do sistema educacional para atender às necessidades de cada estudante, valorizando suas particularidades e promovendo a participação de todos. Sassaki (1997) é um dos expoentes dessa visão, enfatizando que a inclusão não se refere apenas a pessoas com deficiência, mas a todos que são historicamente marginalizados ou excluídos.

Essa perspectiva de Sassaki (1997) é crucial porque desafia a visão restritiva que associa a inclusão exclusivamente à educação especial ou à deficiência. Ele argumenta que a marginalização e a exclusão podem ocorrer por uma miríade de fatores, como questões socioeconômicas, étnico-raciais, de gênero, orientação sexual, idade, religião, e outras formas de diversidade humana. Assim, a escola, como microssociedade, reflete essas dinâmicas e, consequentemente, tem a responsabilidade de se transformar para acolher e valorizar a singularidade de cada indivíduo.

Ao ampliar o escopo da inclusão, Sassaki (1997) convida a refletir sobre as estruturas sociais e educacionais que geram e perpetuam a exclusão. Para ele, uma sociedade e uma escola verdadeiramente inclusivas são aquelas que se adaptam para eliminar as barreiras impostas a qualquer grupo ou indivíduo, garantindo a plena participação e o acesso a oportunidades para todos. Essa visão holística e abrangente da inclusão reforça a ideia de que a diversidade é uma riqueza e que a construção de uma sociedade para todos exige o reconhecimento e a valorização de cada um de seus membros, sem exceção.

2.2. A Diversidade como Potencial na Educação Inclusiva

A educação inclusiva assenta sobre o pilar fundamental de que a diversidade não é um obstáculo, mas sim um valor intrínseco e um potencial inesgotável para o aprendizado e o desenvolvimento humano. Essa premissa contrasta diretamente com modelos educacionais que, por muito tempo, buscaram a homogeneização ou a exclusão do "diferente". Ao invés de uma mera tolerância, a educação inclusiva propõe a celebração e o aproveitamento das múltiplas formas de ser, pensar e aprender que coexistem em uma sala de aula.

Garcia (2013) defende vigorosamente essa visão, argumentando que a diversidade é uma característica inerente à própria condição humana e que, portanto, a escola, como reflexo da sociedade, deve ser um espaço que não apenas acolhe, mas que também celebra e explora essas diferenças como um recurso pedagógico. Para Garcia (2013), a riqueza das interações entre alunos com diferentes experiências, habilidades e ritmos de aprendizagem cria um ambiente mais dinâmico e estimulante, onde todos podem aprender uns com os outros e desenvolver novas perspectivas. A diversidade, assim, potencializa a criatividade, a resolução de problemas e a capacidade de adaptação, preparando os estudantes para um mundo cada vez mais plural.

ISSN: 2675-6218 - RECIMA21
Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

Nessa perspectiva, a inclusão transcende a simples formalidade da matrícula de todos os alunos no sistema regular de ensino. Ela vai muito além da presença física, buscando garantir a participação ativa, o aprendizado significativo e o pertencimento de cada estudante. Participação ativa significa que todos os alunos têm voz, são ouvidos e suas contribuições são valorizadas no processo pedagógico.

Aprendizado significativo implica que o currículo e as metodologias são adaptados para que cada um possa construir conhecimento de forma relevante para sua vida. E pertencimento remete à construção de um ambiente onde cada estudante se sinta aceito, seguro e valorizado, desenvolvendo um senso de identidade e de comunidade dentro da escola.

Logo, a educação inclusiva, ao abraçar a diversidade, busca transformar a escola em um espaço verdadeiramente democrático e equitativo, onde cada indivíduo é reconhecido em sua totalidade e tem seu potencial plenamente desenvolvido a despeito das barreiras para a aprendizagem e participação nos processos de ensino-aprendizagem.

2.3. Barreiras para a Aprendizagem e Participação

Apesar dos significativos avanços teóricos e legais em direção à educação inclusiva, sua implementação efetiva no cotidiano escolar ainda enfrenta uma série de desafios materializados em diversas barreiras para a aprendizagem e participação. Booth e Ainscow (2012), com a valiosa contribuição de seu Índice de Inclusão, um recurso prático e reflexivo para o desenvolvimento de escolas inclusivas, destacam a importância crucial de identificar e, subsequentemente, remover essas barreiras. Eles categorizam-nas em quatro tipos principais, que se interligam e podem agir isoladamente ou em conjunto, dificultando a plena inclusão dos estudantes.

Em primeiro lugar, as barreiras atitudinais referem-se a preconceitos, estereótipos, falta de conhecimento ou resistência à mudança por parte dos membros da comunidade escolar (professores, gestores, funcionários, pais e até mesmo outros alunos). Manifestam-se em atitudes de desvalorização da diversidade, baixa expectativa em relação ao potencial de aprendizagem de determinados estudantes, superproteção ou, inversamente, negligência. Tais atitudes, mesmo que inconscientes, podem criar um ambiente hostil e desmotivador, impedindo que o aluno se sinta pertencente e capaz. Por exemplo, um professor que acredita que um aluno com deficiência não é capaz de aprender determinado conteúdo, pode não oferecer os apoios e estratégias necessários.

Em segundo lugar, as barreiras pedagógicas dizem respeito às práticas de ensino e aprendizagem que não são flexíveis ou adaptadas para atender à diversidade de estilos, ritmos e necessidades dos alunos. Isso inclui currículos rígidos, metodologias padronizadas, avaliações que não consideram as particularidades dos estudantes, falta de materiais didáticos acessíveis e a ausência de estratégias de diferenciação. Uma aula expositiva sem recursos visuais ou táteis, por exemplo, pode ser uma barreira pedagógica para um aluno com deficiência visual ou auditiva.

ISSN: 2675-6218 - RECIMA21
Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

Da mesma forma, a ausência de abordagens que considerem as diferentes formas de expressão e comunicação dos alunos limita a participação e o aprendizado.

A seguir, as barreiras arquitetônicas referem-se a obstáculos físicos presentes no ambiente escolar que impedem ou dificultam o acesso e a circulação de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Rampas inadequadas, falta de elevadores, banheiros inacessíveis, portas estreitas, ausência de sinalização tátil ou sonora são exemplos comuns. Embora muitas vezes visíveis, essas barreiras vão além do aspecto físico, pois impedem o acesso a espaços e oportunidades que deveriam ser direitos de todos os estudantes. Uma escola com escadas sem rampas, por exemplo, impede que um aluno cadeirante acesse andares superiores ou determinadas áreas.

Por fim, as barreiras institucionais são aquelas relacionadas às políticas, normas, regulamentos e à organização da própria escola ou do sistema educacional que, direta ou indiretamente, excluem ou dificultam a inclusão. Isso pode envolver a falta de recursos humanos especializados (como professores de apoio e intérpretes de Libras), a burocracia excessiva para a aquisição de tecnologias assistivas, a ausência de um plano de desenvolvimento profissional para a educação inclusiva, ou até mesmo a falta de articulação entre os diferentes níveis e modalidades de ensino. Uma política educacional que não prevê a contratação de profissionais de apoio suficientes, por exemplo, se torna uma barreira institucional para a inclusão plena dos alunos que necessitam desse suporte.

Essas barreiras, portanto, impedem que os estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação, ou em outras situações de vulnerabilidade (como alunos em situação de rua, migrantes, com doenças crônicas etc.), tenham acesso pleno ao currículo e às atividades escolares, comprometendo seu direito a uma educação de qualidade e à participação efetiva na vida escolar. A remoção dessas barreiras exige um compromisso contínuo e sistêmico por parte de toda a comunidade escolar e das políticas públicas.

2.4. Políticas de Inclusão e Formação de Professores

A efetivação da inclusão no sistema educacional brasileiro não é um processo que se dá espontaneamente, ela depende intrinsecamente de dois pilares fundamentais: políticas públicas consistentes e a formação continuada de professores. A articulação entre esses dois elementos é crucial para a construção de uma escola que seja verdadeiramente capaz de acolher a diversidade e garantir o direito à educação para todos.

Nesse contexto, Mazzotta (2005) e Aranha (2004) emergem como referências incontornáveis na análise do panorama da educação especial e inclusiva no Brasil. Suas obras dissecam a trajetória histórica das políticas educacionais voltadas para pessoas com deficiência e

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

necessidades educacionais especiais, evidenciando os avanços, os retrocessos e, sobretudo, as lacunas que ainda precisam ser preenchidas para que a inclusão deixe de ser um ideal e se torne uma realidade disseminada.

Ambos os autores convergem ao destacar a necessidade premente de investimentos em diversas frentes. Em primeiro lugar, ressaltam a importância do aporte em recursos humanos e materiais. Isso significa a garantia de um número suficiente de profissionais qualificados – como professores de apoio, psicólogos, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais, entre outros – nas escolas, bem como a disponibilização de equipamentos, tecnologias assistivas e materiais didáticos acessíveis que atendam às especificidades de cada aluno. A falta desses recursos compromete diretamente a qualidade do atendimento e a possibilidade de implementação de práticas inclusivas eficazes.

Em segundo lugar, Mazzotta (2005) e Aranha (2004) sublinham a relevância de se investir em práticas pedagógicas inovadoras. A escola inclusiva exige metodologias de ensino flexíveis, adaptáveis e que considerem os diferentes estilos e ritmos de aprendizagem. Não basta apenas inserir o aluno em sala regular; é preciso repensar o currículo, as estratégias de avaliação e as formas de interação em sala de aula para que todos os estudantes possam participar ativamente e construir conhecimento de forma significativa. Isso demanda que os professores sejam capacitados e incentivados a experimentar e desenvolver abordagens pedagógicas que contemplem a diversidade.

A formação de professores para atuar em classes inclusivas é, nesse cenário, um desafio central e contínuo. Como apontam os autores, não se trata apenas de adquirir novas competências técnicas ou didáticas, mas também de promover uma profunda desconstrução de preconceitos e estereótipos que historicamente têm marcado a relação da escola com a diversidade. Muitos professores, formados em um modelo educacional que primava pela homogeneidade, sentem-se despreparados e/ou inseguros diante da tarefa de lidar com as particularidades dos alunos em um contexto inclusivo.

Portanto, a formação continuada deve ir além do aspecto instrumental, abordando as dimensões éticas, políticas e sociais da inclusão. É fundamental que os educadores desenvolvam uma compreensão aprofundada sobre o conceito de inclusão, as legislações que a fundamentam, as diferentes necessidades educacionais e as estratégias para promover um ambiente de aprendizagem acolhedor e equitativo para todos. Como enfatizam Mazzotta (2005) e Aranha (2004), sem um corpo docente devidamente preparado e engajado, as políticas públicas mais bem intencionadas correm o risco de não se materializar “no chão da escola”, perpetuando as barreiras que a inclusão busca eliminar.

ISSN: 2675-6218 - RECIMA21
Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

3. METODOLOGIA E SEU DELINEAMENTO

Este artigo adota uma abordagem metodológica de natureza qualitativa e de caráter teórico-exploratório, fundamentada em uma revisão bibliográfica aprofundada, porém não sistemática. O delineamento metodológico compreende a análise e a síntese de obras e artigos científicos que abordam a temática da inclusão escolar, suas concepções, desafios e perspectivas, com o intuito de construir um arcabouço teórico consistente para a discussão proposta.

3.1. Tipo de Pesquisa

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica de cunho exploratório e descritivo. O caráter exploratório visa proporcionar maior familiaridade com o problema das concepções de inclusão, tornando-o mais explícito através da exploração de diferentes perspectivas teóricas. Já o aspecto descritivo busca detalhar e analisar as características dessas concepções conforme apresentadas na literatura especializada, sem a pretensão de estabelecer relações causais ou testar hipóteses empiricamente (Gil, 2017). O foco reside na elucidação dos conceitos e na construção de um panorama teórico sobre a temática.

3.2. Fontes de Dados

As fontes de dados primárias para este são artigos científicos, teses e dissertações publicados em periódicos e bases de dados reconhecidas na área da educação e educação inclusiva. Foram consultadas as plataformas SciELO (*Scientific Electronic Library Online), Google Scholar* e o Portal de Periódicos da CAPES. A busca por essas produções acadêmicas de relevância e impacto foi realizada utilizando como descritores as palavras-chave do resumo deste trabalho ("Inclusão escolar"; "Educação Inclusiva"; "Concepções"; "Escolas Públicas"; "Ceará"), e os anos de publicação considerados serão de 2015 a 2024. A seleção dos materiais foi guiada pela pertinência ao tema central do artigo, priorizando-se autores de referência no campo da inclusão, tanto nacionais quanto internacionais, que contribuem para a compreensão das concepções teóricas sobre o tema e suas implicações.

3.3. Critérios de Seleção dos Materiais

Os materiais foram selecionados a partir de sua relevância para a temática da inclusão, abordando as concepções sobre o tema, as políticas públicas, as práticas pedagógicas e os desafios na implementação da educação inclusiva. Foram incluídas obras que apresentam diferentes perspectivas sobre o conceito de inclusão e sua aplicação no contexto escolar.

ISSN: 2675-6218 - RECIMA21
Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

3.4. Análise e Discussão dos Dados (Teóricos)

A análise e discussão dos dados foram realizadas por meio da identificação, categorização e interpretação das concepções de inclusão presentes na literatura. Foi feita uma análise comparativa entre as diferentes abordagens, buscando identificar pontos de convergência e divergência, bem como as implicações para a prática pedagógica nas escolas municipais. A discussão buscará conectar as concepções teóricas com a realidade empírica, hipoteticamente observada em um contexto específico.

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

A análise e discussão dos dados, neste estudo de natureza teórica, baseia-se na consolidação e interpretação das informações obtidas por meio de uma busca abrangente em bases de dados acadêmicas. O processo de levantamento bibliográfico foi conduzido utilizando os seguintes descritores: "Inclusão escolar", "Educação Inclusiva", "Concepções", "Escolas Públicas" e "Ceará". A pesquisa foi delimitada a um período temporal específico, abrangendo as publicações entre os anos de 2015 e 2024, a fim de garantir a atualidade e relevância dos materiais selecionados para a discussão das concepções de inclusão.

As bases de dados consultadas para este levantamento bibliográfico foram a SciELO (*Scientific Electronic Library Online)*, o *Google Scholar* e o Portal de Periódicos da CAPES. Essas plataformas foram escolhidas por sua reconhecida abrangência e por disponibilizarem um vasto acervo de produções científicas qualificadas na área da educação e educação inclusiva, tanto em âmbito nacional quanto internacional.

A sistematização dos resultados encontrados nessas bases permitiu a identificação de artigos, teses e dissertações que fundamentam a análise teórica das concepções de inclusão, conforme proposto neste trabalho.

4.1. Resultados Encontrados

SciELO

- 1. Título: Educação Inclusiva: Entre a História, os Preconceitos, a Escola e a Família
- Autores: SS Nunes - Ano: 2015
- URL: https://www.scielo.br/j/pcp/a/gtPdzXy4yHrX9Lz9txCtQ7c

Relevância: Discute a inclusão de alunos com deficiência no ensino regular, abordando a relação entre escola e família sob a perspectiva da educação inclusiva. Publicado em 2015, está dentro do período de interesse.

- 2. Título: A inclusão de alunos com deficiência em escolas públicas de uma cidade do interior do Ceará: A visão dos gestores escolares.

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

- Autores: MNA de Souza - Ano: 2023.
- URL: https://revistahipotese.editoraiberoamericana.com/revista/article/view/423.

Relevância: Estudo exploratório e descritivo com abordagem qualitativa, analisando a visão de gestores escolares de um município do interior do Ceará sobre a inclusão de alunos com deficiência em escolas públicas. Publicado em 2023, é altamente relevante para a busca.

Google Scholar

- Título: Adriana Leite Limaverde Gomes e a educação escolar inclusiva no Ceará
- Autores: Não especificado no *snippet,* mas o artigo foi baixado.
- Ano: 2024 (data de publicação no snippet)

URL: https://fafire.emnuvens.com.br/lumen/article/download/757/662/754

Relevância: Menciona a contribuição de Adriana Limaverde para a educação inclusiva escolar no Ceará, sendo diretamente relevante e dentro do período.

Portal de Periódicos da CAPES

- Título: A INCLUSÃO DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA EM SALA DE AULA REGULAR DE ESCOLA PÚBLICA - UM ESTUDO DE CASO
- Autores: Amsterdan Ferreira Rebouças, Glacimeyre Lima Rebouças
- Ano: 2023
- URL: https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/10657/4453

Relevância: Estudo de caso sobre a inclusão de alunos com deficiência em escolas públicas, relevante para as concepções e escolas públicas no Ceará. Publicado em 2023, está dentro do período de interesse.

A partir dos resultados obtidos na busca bibliográfica, observa-se uma produção acadêmica tímida, porém recente e relevante que aborda a temática da inclusão escolar, com um foco notável nas escolas públicas e, especificamente, no contexto do Ceará. Os artigos selecionados, publicados entre 2015 e 2024, oferecem diversas perspectivas sobre as concepções de inclusão, a visão de diferentes atores (como gestores escolares), e a realidade da implementação da educação inclusiva em salas de aula regulares. Essa base de conhecimento teórico será fundamental para aprofundar a discussão sobre as categorias de concepções (clínica/reabilitadora, integracionista e inclusiva) apresentadas no referencial teórico, permitindo a identificação de como essas visões se manifestam e se entrelaçam no contexto prático e acadêmico da educação inclusiva cearense.

ISSN: 2675-6218 - RECIMA21
Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

5. CONSIDERAÇÕES

Este artigo teórico buscou analisar as diferentes concepções de inclusão presentes no campo da educação, com um olhar direcionado, ainda que em caráter exploratório e teórico, para o contexto das escolas públicas municipais no Ceará. A revisão bibliográfica e a análise dos achados recentes na literatura, identificados por meio dos descritores e bases de dados selecionadas (SciELO, Google Scholar, Portal de Periódicos da CAPES entre 2015 e 2024), permitiram aprofundar a compreensão sobre como o conceito de inclusão tem sido abordado e os desafios envolvidos em sua efetivação.

Percebe-se que a trajetória da inclusão evoluiu de um modelo médico-assistencialista, focado na "normalização" do indivíduo, para uma perspectiva social e educacional que valoriza a diversidade e exige a transformação do sistema. A crítica de Mantoan (2003) à integração, que não questiona a estrutura da escola, e a defesa de Sassaki (1997) de uma inclusão que abranja a todos os marginalizados, ilustram essa mudança paradigmática. A diversidade, como bem ressaltado por Garcia (2013), emerge como um potencial para o aprendizado, e não como um obstáculo, impulsionando a busca por práticas que garantam participação ativa, aprendizado significativo e pertencimento de todos os estudantes.

No entanto, a concretização desses ideais de inclusão é constantemente desafiada por diversas barreiras. A categorização proposta por Booth e Ainscow (2012) – atitudinais, pedagógicas, arquitetônicas e institucionais – oferece uma ferramenta valiosa para identificar os entraves que ainda persistem no ambiente escolar. Os artigos encontrados na busca bibliográfica, mesmo que de forma "tímida", indicam que essas barreiras se manifestam na realidade das escolas públicas do Ceará, seja na visão dos gestores sobre a inclusão de alunos com deficiência (Souza, 2023) ou nos desafios de um estudo de caso em sala de aula regular (Rebouças & Rebouças, 2023).

Ademais, a análise teórica, corroborada pelos achados da pesquisa, reforça que a efetivação da inclusão é indissociável de políticas públicas consistentes e, crucialmente, da formação continuada de professores, como enfatizado por Mazotta (2005) e Aranha (2004). A superação de preconceitos e estereótipos, aliada ao desenvolvimento de novas competências pedagógicas, é um imperativo para que os educadores se sintam preparados e engajados na construção de uma escola verdadeiramente inclusiva.

Portanto, este trabalho buscou refletir sobre o conceito de inclusão, o que realmente envolve o ato de incluir na escola, os desafios inerentes a essa prática e o papel fundamental das leis que a fundamentam. Embora de caráter teórico, a pesquisa aponta para a necessidade de mais estudos empíricos no contexto cearense, que possam aprofundar a compreensão das concepções de inclusão em ação e as estratégias bem-sucedidas para a remoção das barreiras.

ISSN: 2675-6218 - RECIMA21
Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

A construção de uma educação inclusiva e equitativa é um processo contínuo e colaborativo, que demanda o engajamento de todos os atores sociais para que a escola se torne, de fato, um espaço para todos, onde a diversidade seja celebrada e o potencial de cada estudante seja plenamente desenvolvido.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Salete Fábio. Educação inclusiva: revisão de literatura. *In:* **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 517-531, set./dez. 2004.

BOOTH, Tony; AINSCOW, Mel. **O Índice de Inclusão:** desenvolvendo a aprendizagem e a participação nas escolas. Tradução: Carlos Nogueira. Porto Alegre: Artmed, 2012.

GARCIA, Rosana G. A inclusão escolar de alunos com deficiência: reflexões sobre o fazer pedagógico. *In:* **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 34, n. 122, p. 147-160, jan./mar. 2013.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar:** o que é? Por quê? Como fazer?. São Paulo: Moderna, 2003.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. **Educação especial no Brasil**: história e políticas públicas. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão:** construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais.** Brasília: CORDE, 1994.

ISSN: 2675-6218 - RECIMA21
Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.